



MEMÓRIA COMO FERRAMENTA ANCESTRAL DE RESISTÊNCIA NEGRAS E INDÍGENAS

José Sandino Cavalcante Alencar Gomes¹
Roberto Kennedy Gomes Franco²

RESUMO

Este trabalho investiga as epistemologias de povos indígenas e afro-brasileiros, analisando a memória como instrumento fundamental de resistência e (re)existência frente aos processos de colonialidade. A partir das contribuições teóricas de Abdias do Nascimento (1980), Ailton Krenak (1992), Suzenilson da Silva e Roberto Kennedy (2020) e Henrique Cunha Júnior (2005), desenvolve-se uma reflexão sobre como a reconstrução das memórias ancestrais opera como estratégia política de enfrentamento ao epistemicídio. A metodologia adotada consiste em uma revisão crítica da literatura que aborda essa temática, articulando teorias decoloniais com estudo de caso, como a experiência do Museu Indígena Kanindé. Os resultados demonstram que a memória, quando mobilizada como prática coletiva, transcende a função de mero resgate histórico para se constituir como um ato político de cura ontológica e reordenação de futuros possíveis. A análise demonstra ainda como essas epistemologias alternativas se contrapõem à história hegemônica, fortalecendo lutas por reconhecimento e direitos sociais, conforme expõe Cunha Júnior (2005) ao estabelecer a conexão entre identidade coletiva e conquista de direitos específicos. O estudo conclui destacando o potencial transformador dessas estratégias na construção de projetos societários alternativos à colonialidade.

Palavras-chave: MEMÓRIA; COLONIALIDADE; IDENTIDADE; ANCESTRALIDADE.

UNILAB, CAMPUS DAS AURORAS, Discente, sandinounilab@gmail.com¹
UNILAB, CAMPUS DAS AURORAS, Docente, robertokennedy@unilab.edu.br²



INTRODUÇÃO

O presente estudo surge das reflexões críticas desenvolvidas no âmbito da disciplina História Social da Escravidão e da Presença Negra e Indígena no Brasil do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH), tendo como eixo central a análise da memória como dispositivo de resistência à colonialidade. Partindo do pressuposto de que os processos coloniais operaram um sistemático apagamento das epistemologias negras e indígenas, esse trabalho busca demonstrar como a reconstrução ativa dessas memórias ancestrais constitui uma estratégia fundamental de (re)existência e afirmação identitária.

O marco teórico fundamenta-se na obra de Abdias do Nascimento (1980), que desenvolveu o conceito de Quilombismo, tendo como uma de suas propostas a reconstrução identitária afro-brasileira; de Ailton Krenak (1992), com suas reflexões sobre cosmologias indígenas, temporalidades não-lineares e a reflexão entre história e memória; e de Henrique Cunha Júnior (2005), que analisa a relação entre memória, identidade e conquista de direitos. Complementa esse arcabouço teórico, o estudo de caso do Museu Indígena Kanindé, Suzenilson da Silva e Roberto Kennedy (2020), que exemplifica a materialização desses conceitos em práticas concretas de resistência cultural.

O objetivo central é demonstrar como essas diferentes tradições intelectuais, embora partindo de contextos históricos distintos, convergem na compreensão da memória como força ativa de transformação social, política e ontológica.

METODOLOGIA

A metodologia empregada neste trabalho caracteriza-se como qualitativa e bibliográfica, combinando análise teórica com estudo de caso. O procedimento metodológico dividiu-se em três etapas principais:

Revisão bibliográfica crítica: Foram analisadas as obras dos autores centrais do estudo, com especial atenção aos conceitos de memória, identidade e resistência cultural. Esta etapa incluiu a contextualização histórica das produções intelectuais de Abdias do Nascimento, Ailton Krenak e Cunha Júnior, considerando seus respectivos lugares de fala e trajetórias políticas.

Análise comparativa: Estabeleceu-se um diálogo crítico entre as diferentes perspectivas teóricas, identificando pontos de convergência e divergência em suas concepções sobre memória coletiva. Particular atenção foi dada à articulação entre as propostas de Abdias do Nascimento (focadas na diáspora africana) e de Ailton Krenak (centradas nas cosmologias indígenas).

Estudo de caso: A experiência do Museu Indígena Kanindé, Suzenilson da Silva e Roberto Kennedy (2020), foi analisada como exemplo das teorias discutidas, demonstrando como os conceitos se materializam em práticas sociais e culturais. Esta análise considerou tanto aspectos museológicos quanto o contexto político mais amplo das lutas indígenas no Ceará.

A abordagem metodológica adotada permitiu articular diferentes níveis de análise, desde as formulações teóricas até suas manifestações concretas em iniciativas comunitárias de preservação da memória.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise desenvolvida revela que a memória coletiva, nas obras dos autores estudados, assume uma dimensão política, constituindo-se não como mero registro do passado, mas como ferramenta ativa de transformação do presente e construção de futuros alternativos. Abdias do Nascimento (1980), em sua obra seminal "O Quilombismo", desenvolve uma crítica ao processo de apagamento sistemático das memórias



africanas pré-coloniais, mostrando como a escravização não se limitou à exploração física, mas operou principalmente através da destruição dos referenciais civilizatórios africanos. Através do autor, refletimos como essa violência epistêmica produziram uma crise identitária profunda nas populações afrodiáspóricas, manifestando sentimentos coletivos de não pertencimento, baixa estima e inferioridade não apenas economicamente ou status sociais, mas em um aspecto psíquico e emocional.

A proposta de Abdias do Nascimento vai além da denúncia: ele articula um projeto positivo de “reconstrução” identitária através do resgate ativo das memórias ancestrais. Esse resgate não se limita a um exercício de nostalgia, mas podemos pensar claramente como caráter terapêutico coletivo, o Quilombismo como terapia coletiva. A compreensão da memória como ferramenta ancestral de cura, capaz de restaurar a autoestima coletiva e fornecer bases sólidas para projetos políticos de emancipação.

Ailton Krenak (1992), por sua vez, amplia e complexifica essa discussão ao trazer a perspectiva das cosmologias indígenas sobre memória e temporalidade. Em sua obra "Antes o mundo não existia", Krenak desenvolve uma crítica à concepção ocidental de história linear, propondo em seu lugar uma compreensão circular e dinâmica do tempo. Para o pensador indígena, a memória não se refere a um passado estático e arquivado, mas constitui uma força viva que organiza continuamente a existência no presente. Sua afirmação "antes do mundo existiam as histórias" sintetiza essa visão cosmológica onde a memória precede e sustenta a própria realidade material.

Essa perspectiva oferece um contraponto fundamental às abordagens mais convencionais sobre memória coletiva. Enquanto Abdias do Nascimento enfatiza a necessidade de resgatar um passado perdido (ainda que com objetivos transformadores no presente), Ailton Krenak propõe uma compreensão mais “transcendente”, onde memória e presente se confundem em um fluxo contínuo de criação e recriação usando o sonho como ferramenta para a conexão com essas memórias ancestrais. Essa diferença de ênfases reflete, em grande medida, as distintas trajetórias históricas dos povos africanos e indígenas frente à colonização.

O estudo do Museu Indígena Kanindé, conforme Suzenilson da Silva Santos e Roberto Kennedy Gomes Franco (2020), permite visualizar como essas teorias se materializam em práticas concretas. Criado em 1995 pelo Cacique Sotero, o museu surgiu como uma iniciativa de afirmação étnica em meio ao processo de mobilização dos Kanindé, impulsionado pelo contato com outras etnias cearenses, como os Tremembé de Almofala, e pela Associação Missão Tremembé (AMIT). Localizado na aldeia Sítio Fernandes, em Aratuba (Ceará), o museu não segue o modelo ocidental tradicional de exposições estáticas, mas opera como um espaço vivo e dinâmico, onde objetos como machados, foices, artefatos de caça e artesanato mantêm funções rituais e cotidianas na comunidade. Esse processo de musealização emerge do costume ancestral de colecionar objetos pelos mais velhos, brotando um movimento de reavivamento da memória coletiva, articulado à Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos.

Como relatado pelos autores Suzenilson da Silva Santos e Roberto Kennedy Gomes Franco (2020), Diferentemente de museus convencionais, o Museu Indígena Kanindé se configura como um projeto político de formação da consciência étnica, resistência e protagonismo na luta pela demarcação de territórios. Ele integra redes de museus comunitários e indígenas em âmbitos regional, nacional e internacional, promovendo educação diferenciada para crianças e jovens. Em 2011, a criação do Núcleo Educativo, composto por estudantes de 13 a 17 anos coordenados por professores indígenas, fortaleceu essa práxis interdisciplinar, com oficinas de inventário participativo, higienização, catalogação e mediação de visitas. Monitores como Antônia da Silva Santos, Breno Rocha Santos e Samara Lourenço relatam como o museu contribuiu para seu desenvolvimento pessoal, profissional e educacional, ampliando conhecimentos em memória, patrimônio e ciências sociais, e facilitando o ingresso em universidades.

Henrique Cunha Júnior (2005) acrescenta uma dimensão crucial a essa discussão ao demonstrar como a



reconstrução das memórias coletivas se articula com lutas por reconhecimento político e direitos específicos. Em sua análise sobre os afrodescendentes brasileiros, o autor mostra como a afirmação identitária fundamentada no resgate da memória histórica constitui a base para reivindicações de direitos coletivos nas sociedades democráticas. Essa perspectiva jurídico-política complementa as abordagens mais culturais de Abdias Nascimento e Ailton Krenak, demonstrando a atualidade e urgência das lutas pela memória no contexto contemporâneo.

A articulação entre esses diferentes enfoques demonstra a potência transformadora da memória como ferramenta ancestral de resistência à colonialidade. Seja como terapia identitária, como cosmologia viva, como prática comunitária ou como estratégia política e jurídica, a memória mostra-se como eixo um importante para a construção de alternativas epistêmicas.

CONCLUSÕES

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permite compreender que a memória coletiva, nas perspectivas afrodiaspórica e indígena, constitui muito mais que um simples registro do passado, ela se revela como tecnologia social e ancestral complexa, capaz de operar simultaneamente em múltiplos níveis: ontológico, político, terapêutico e cosmológico. As contribuições de Abdias do Nascimento, Ailton Krenak e Henrique Cunha Júnior, embora emergindo de contextos históricos e tradições intelectuais distintas, convergem na compreensão da memória como prática ativa de resistência e (re)existência.

O estudo demonstra que o Quilombismo de Abdias do Nascimento oferece ferramentas importante para enfrentar o trauma colonial através da “reconstrução” identitária, enquanto a cosmologia indígena trazida por Ailton Krenak expande essa compreensão ao integrar a memória a processos contínuos de criação e cocriação do mundo. A experiência do Museu Indígena Kanindé, Suzenilson da Silva e Roberto Kennedy (2020), por sua vez, materializa essas teorias em práticas comunitárias concretas, demonstrando a viabilidade e a importância de alternativas museológicas decoloniais. Por fim, a análise de Cunha Júnior vincula essas reflexões ao campo jurídico-político, mostrando como a memória coletiva fundamenta lutas contemporâneas por reconhecimento e direitos específicos.

Destaca-se, por fim, o potencial das epistemologias negras e indígenas para repensar não apenas questões específicas de memória e identidade, mas para propor alternativas aos paradigmas ocidentais dominantes referentes à história, memória e identidade. As estratégias refletidas apontam para possibilidades futuras. Como afirma Ailton Krenak, “entre a história e a memória, eu escolho a memória”.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa conta com o apoio financeiro da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), por meio da bolsa de Mestrado (Processo nº BMD-0008-01257.01.19/25)

REFERÊNCIAS

JÚNIOR, Henrique Cunha. Nós afrodescendentes: história africana e afrodescendente na cultura brasileira. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). História da Educação do Negro e outras histórias. Brasília: SECADI/MEC, 2005. p.



249-273.

FRANCO, Roberto Kennedy Gomes; SANTOS, Suzenalso da Silva. A práxis interdisciplinar do Museu Indígena Kanindé. In: SILVA FILHO, A. V. et al. (Org.). Ensaios interdisciplinares em humanidades. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

KRENAK, Ailton. Antes, o mundo não existia. In: NOVAES, A. (org.). Tempo e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NASCIMENTO, Abdias. O quilombismo. Petrópolis: Vozes, 1980.